








Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de Setembro de 2019

  
I
 



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
NOTAS EXPLICATIVAS	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	15
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	15
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL.....	16
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA.....	17
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	19
17 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	19
18 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	20
19 RESULTADO FINANCEIRO	20
20 SEGUROS DE RISCOS.....	21

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	92.751	127.797
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		233	148
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	49.471	43.732
Contingências e apropriações por Competência	14	222.876	169.945
Adiantamentos de Pessoal	7	22.678	13.800
Benefícios a Receber		-	7.582
Demais Contas a Receber		298	2.659
Adiantamentos a Fornecedores		4	46
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	20.022	20.687
Importação em Andamento		31	1.830
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		130	82
		408.492	388.308
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.605	1.504
Contingências e apropriações por Competência	14	310.982	298.152
Demais Créditos a Receber		69	70
Imobilizado	9	905.316	869.600
Intangível	10	2.277	478
		1.220.249	1.169.804
Total do Ativo		1.628.741	1.558.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the middle, and initials 'LR' and 'FF' on the right.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante			
Fornecedores	11	22.432	32.243
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.715	9.985
Obrigações com Pessoal	13	47.527	60.196
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	222.876	169.945
Outras Obrigações		7.950	5.891
		<u>302.499</u>	<u>278.260</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		89	96
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	310.982	298.153
		<u>311.071</u>	<u>298.249</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.107.523	1.003.759
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		38.055	103.764
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(15.808)	(15.329)
Prejuízos Acumulados		(114.599)	(110.591)
		<u>1.015.171</u>	<u>981.603</u>
Total do Passivo		<u>1.628.741</u>	<u>1.558.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



4
UR AG

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

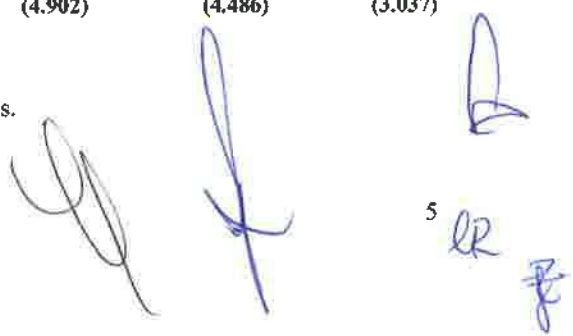
Demonstração de Resultado Do Exercício (DRE)

	Nota	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita Operacional Bruta		61.440	56.372	183.201	171.246
Serviços Prestados		61.440	56.372	183.201	171.246
Deduções Da Receita Bruta		(696)	(527)	(1.991)	(1.685)
PIS Sobre Faturamento		(124)	(94)	(355)	(300)
COFINS Sobre Faturamento		(572)	(433)	(1.637)	(1.385)
Receita Operacional Líquida	16	60.744	55.846	181.210	169.561
Custos dos Serviços		(308.115)	(286.129)	(913.704)	(814.191)
Resultado Operacional Bruto		(247.371)	(230.284)	(732.494)	(644.630)
Despesas Operacionais		(57.783)	(69.355)	(171.303)	(197.352)
Despesas Administrativas		(53.198)	(69.355)	(155.160)	(197.352)
Provisão para Contingências		(4.585)	-	(16.143)	-
Outras Receitas e Despesas		3.433	3.340	9.231	7.976
Receitas	18	3.611	4.080	9.890	9.480
Despesas		(155)	(534)	(542)	(1.129)
Resultado com Baixa Bens do Imobilizado		(23)	(207)	(116)	(375)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		(301.722)	(296.299)	(894.565)	(834.006)
Resultado Financeiro	19	173	(678)	(93)	(7.843)
Despesas Financeiras		(424)	(1.262)	(2.085)	(9.550)
Receitas Financeiras		597	584	1.991	1.707
Resultado antes das Subvenções Governamentais		(301.549)	(296.977)	(894.659)	(841.849)
Subvenções do Tesouro Nacional		308.270	324.011	928.262	932.418
Repasses Para Subvenções e Doações Governamentais		(18.604)	(31.789)	(38.055)	(94.741)
Reversões e Repasses Concedidos		(145)	(147)	(307)	(984)
Resultado Líquido do Exercício		(12.029)	(4.902)	(4.759)	(5.156)

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
Resultado Líquido do Exercício	(12.029)	(4.902)	(4.759)	(5.156)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	273	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.119
Resultado Abrangente do Exercício	(12.029)	(4.902)	(4.486)	(3.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.600)	(101.419)	423.657
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(589)	589	-
Resultado do Período	-	-	-	(5.156)	(5.156)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	627.356	(70.998)	-	-	556.358
Ajuste da Avaliação Patrimonial	-	-	2.119	-	2.119
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.003.759	94.275	(15.070)	(105.986)	976.978
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(15.330)	(110.591)	981.602
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	273
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(478)	478	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	103.764	(65.709)	-	-	38.055
Lucro do Período	-	-	-	(4.759)	(4.759)
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.107.523	38.055	(15.808)	(114.599)	1.015.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2019	30/09/2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(4.759)	(5.156)
Ajustes de Exercícios Anteriores	273	-
Ajustes de Depreciação/Amortizações	15.396	15.824
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(39)	(31)
Atualização Monetária AFAC/Reversão da Subvenção	-	6.993
Variação Cambial Passiva (Importação)	417	543
Variação Cambial Ativa (Importação)	(545)	(403)
Baixa de Bens Imobilizados	2.294	1.246
Produção de Bens Imobilizado	-	(3)
Produção de Bens em Estoque	(1.281)	(1.322)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(188)	(449)
Doações de Bens Móveis	(275)	(498)
Doações de Mercadorias	(1.680)	(1.400)
	14.372	20.500
Variação de Ativos e Passivos		
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(5.636)	(12.662)
Adiantamentos a Pessoal	(8.788)	(7.108)
Outras Contas a Receber a CP e LP	9.896	1.809
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(101)	(5)
Importações em Andamento (Estoque)	1.799	(2.275)
Estoques	3.626	4.612
Despesas Pagas Antecipadamente	(47)	(13)
Fornecedores	(9.811)	(3.607)
Outras Obrigações a Pagar	2.097	682
Obrigações com Pessoal	(12.669)	(1)
Obrigações Sociais a Pagar	(7.576)	(89)
Obrigações Tributárias a Pagar	(694)	(496)
	(27.904)	(19.153)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(18.291)	(3.809)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(34.519)	(79.741)
Aquisições de Bens Móveis	(14.155)	(6.975)
Aquisições de Importação em Andamento	(4.122)	(1.196)
Aquisições de Bens Intangíveis	(2.007)	(280)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(54.803)	(88.192)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	(7)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	38.055	94.275
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	38.048	94.275
Caixa Consumido no Período	(35.046)	2.273
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	127.797	58.855
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	92.751	61.128
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(35.046)	2.273
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(275)	(498)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(1.680)	(1.400)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(1.955)	(1.898)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	30/09/2019	30/09/2018
Receitas		
Prestação de Serviços	183.201	171.246
Outras Receitas	8.095	7.617
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	27	176
	191.323	179.038
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	114.188	100.919
Serviços de Terceiros	112.995	104.075
Perda/Recuperação de Valores Ativos	658	1.385
	227.842	206.379
Valor Adicionado Bruto	(36.518)	(27.341)
Despesas com Depreciação/Amortização	17.574	16.757
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(54.092)	(44.098)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	1.991	1.707
Repasses Recebidos (-) Subvenções	890.207	837.677
Repasses Concedidos/Diferido	(315)	(312)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	7	(671)
Receitas de Alugueis	3.049	3.013
	894.940	841.413
Valor Adicionado Total a Distribuir	840.848	797.315
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	571.186	540.859
Benefícios	58.937	56.126
FGTS	47.995	42.926
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	162.819	149.993
Estaduais/Municipais	29	203
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	2.085	9.550
Locação de Imóveis/Condomínio	587	751
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.970	2.064
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(4.759)	(5.156)
Valor Adicionado Distribuído	840.848	797.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



8
RR AS



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (MF e MP denominados de Ministério da Economia (ME) a partir de 01/01/2019) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

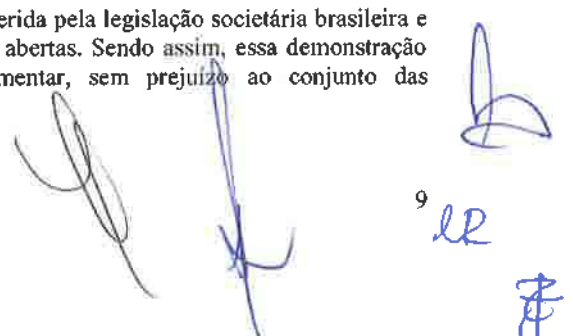
02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.



9
ll
F



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 29 de novembro de 2019.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2019 que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de setembro de 2019. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.



10




Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(g) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de setembro de 2019. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal, são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10).

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

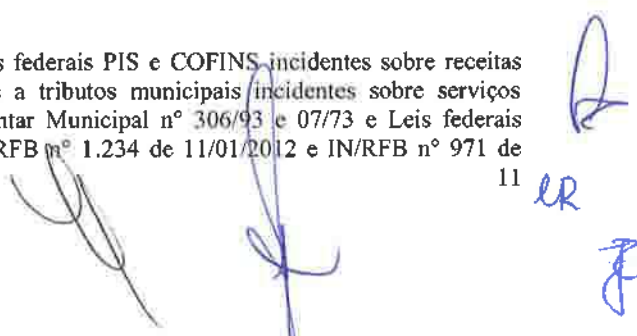
A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por meio de avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(k) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 20.305 Cíveis, R\$ 126.485 Trabalhistas e R\$ 1.221 Tributárias, totalizando R\$ 148.011.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2019, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 16 de janeiro de 2019.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2018, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 48 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	11	15
Conta Corrente/Bancos	860	691
Depósitos Bancários de Curto Prazo	19.992	28.550
Conta Limite de Saque	71.888	98.541
Saldo Contábil	<u>92.751</u>	<u>127.797</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio. Em 30 de setembro de 2019 compõem o saldo da conta única, também, os recursos financeiros para pagamento das obrigações com pessoal do HCPA referentes à folha de setembro de 2019, isso se devem à mudança de critério no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI data em que ocorreu a migração para o novo sistema de pagamentos.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	38.735	36.306
Convênios Privados	15.665	13.783
Clientes Particulares	2.182	2.397
Créditos Diversos	2.858	1.402
Subtotal	<u>59.439</u>	<u>53.888</u>
Perdas Estimadas Créditos Liquid. Duvidosa – PECLD	(9.968)	(10.156)
Valor Líquido a Receber	<u>49.471</u>	<u>43.732</u>

Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

07 Adiantamentos de Pessoal

	30/09/2019	31/12/2018
Décimo Terceiro Salário	19.971	6.852
Férias	2.609	6.936
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	98	12
Saldo Contábil	22.678	13.800

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2019, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em setembro relativo à competência outubro de 2019.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	30/09/2019	31/12/2018
Medicamentos	6.370	6.524
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	7.770	8.314
Material de Órtese e Prótese	1.745	1.832
Materiais e Utensílios	308	424
Rouparia (uniformes)	1.239	1.043
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	271	350
Material Expediente/Informática/Gráfica	320	344
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	78	82
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	1.921	1.774
Saldo Contábil	20.022	20.687

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

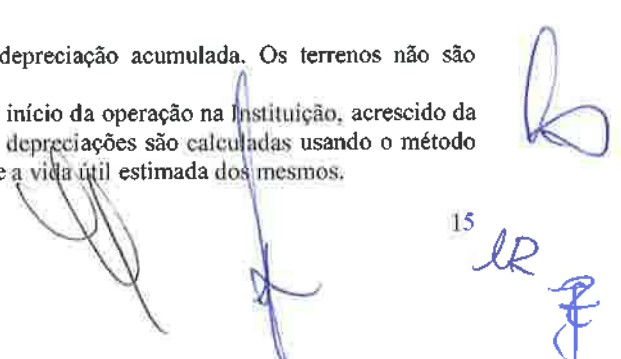
09 Imobilizado

	Tx. %	Custo	Depreciação	30/09/2019	31/12/2018
Edifícios	1	210.169	(60.044)	150.126	153.497
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		600.365	(8.265)	592.101	558.397
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	214.159	(136.644)	77.516	77.617
Informática	20 a 50	26.308	(17.061)	9.246	7.949
Veículos Diversos	10 a 20	1.031	(842)	189	251
Subtotal Imobilizado		1.120.819	(222.855)	897.964	866.498
Bens Móveis em Andamento		7.353	-	7.353	3.102
Saldo Contábil		1.128.171	(222.855)	905.316	869.600

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, estudos e projetos e instalações, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Movimentação do Ativo Imobilizado**

	<u>Custo 01/01/2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 30/09/2019</u>
Edifícios	210.169	-	-	210.169
Terrenos	68.786	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	565.847	34.573	(54)	600.365
Bens Móveis e Imóveis	204.351	11.520	(1.712)	214.159
Informática	23.980	2.856	(528)	26.308
Veículos Diversos	1.031	-	-	1.031
Total Imobilizado	1.074.164	48.949	(2.294)	1.120.819

10 Intangível

		<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Software	20 a 50	8,492	(6.215)	2.277	478
Saldo Contábil		8,492	(6.215)	2.277	478

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Barrfab Indústria Comércio Imp e Exp	1.542	-
Unimed	767	3.028
Capgemini Brasil S/A	576	559
RBG Produtos Terapêuticos S/A.	463	364
Roche Diagnóstica Brasil Ltda.	433	491
	3.781	4.442
Demais Fornecedores	18.651	27.801
Saldo Contábil	22.432	32.243

O fornecedor Barrfab Indústria Comércio possui contrato conforme autorização de fornecimento 139.852/1 e fornece diversos materiais médico hospitalares, entre eles mesas cirúrgicas e acessórios para cirurgias.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.358	2.058
PIS sobre Faturamento	35	37
COFINS sobre Faturamento	180	173
Obrigações Tributárias	1.573	2.268
Obrigações Sociais	141	7.717
Obrigações Sociais	141	7.717
Saldo Contábil	1.715	9.985

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações com Pessoal

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários, Remuneração e Benefícios.	35.480	48.620
Previdência e Assistência Médica	3.994	4.497
Empréstimos e Financiamentos	2.567	3.014
Outras Despesas de Pessoal	5.486	4.065
	<u>47.527</u>	<u>60.196</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de setembro de 2019. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. Isso se deve à mudança de critério nos pagamentos via SIAFI, uma vez que ocorreu a migração para o novo sistema em que as Ordens Bancárias são efetivadas quando da sua assinatura pelo ordenador de despesa, ou seja, a compensação ocorreu no primeiro dia útil de outubro de 2019.

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	<u>30/09/2019</u>			<u>31/12/2018</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	15.579	298.001	313.580	297.465
Férias a Pagar (b)	96.677	-	96.677	97.499
Décimo Terceiro a Pagar (c)	50.887	-	50.887	-
Licença Especial (c)	55.738	-	55.738	52.514
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	3.994	12.981	16.975	20.620
Saldo Contábil	<u>222.876</u>	<u>310.982</u>	<u>533.857</u>	<u>468.098</u>

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	14.271	277.687	291.958	276.143
Contingências Cíveis	1.308	19.155	20.462	20.215
Contingências Tributárias	-	1.159	1.159	1.107
Saldo de Contingências	<u>15.579</u>	<u>298.001</u>	<u>313.580</u>	<u>297.465</u>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.



Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Férias a Pagar

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Férias		
Saldo Inicial	70.308	69.911
Baixas	(6.041)	(66.056)
Apropriações	6.137	68.107
Total de Férias	<u>70.404</u>	<u>71.962</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	26.237	24.878
Baixas	(2.254)	(24.518)
Apropriações	2.290	25.177
Total de Encargos sobre Férias	<u>26.273</u>	<u>25.537</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>96.677</u>	<u>97.499</u>

(c) Décimo Terceiro a Pagar

	<u>30/09/2019</u>
Décimo Terceiro a Pagar	
Saldo Inicial	-
Baixas	(854)
Apropriações	37.912
Total de Décimo Terceiro	<u>37.058</u>
Encargos Sobre Décimo Terceiro	
Saldo Inicial	-
Baixas	(319)
Apropriações	14.148
Total de Encargos sobre Décimo Terceiro	<u>13.829</u>
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	<u>50.887</u>

(d) Licença Especial

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	38.324	36.418
Baixas	(4.892)	(5.061)
Apropriações	7.197	6.967
Total de Licença Especial	<u>40.629</u>	<u>38.324</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.190	13.548
Baixas	(1.822)	(1.872)
Apropriações	2.741	2.514
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>15.109</u>	<u>14.190</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>55.738</u>	<u>52.514</u>

(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.



Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de setembro de 2019
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(15.329)	(16.600)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(764)	(848)
Reversão de Menos-Valia	286	2.119
Saldo em 30 de setembro	<u>(15.808)</u>	<u>(15.329)</u>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 286 e R\$ 2.119 (respectivamente 30/09/2019 e 31/12/2018), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde-SUS	130.341	124.922
Convênios	43.727	39.068
Particulares	4.568	4.198
Pesquisas e Análises	3.744	2.407
Ensino	821	651
Total de Serviços Prestados	<u>183.201</u>	<u>171.246</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(354)	(300)
COFINS sobre Faturamento	(1.637)	(1.385)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.991)</u>	<u>(1.685)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>181.210</u>	<u>169.561</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

17 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Auxílio Creche	1.102	1108
Auxílio Alimentação	25.159	24.400
Vale Transporte	2.687	2321
Assistência Médica	8.287	8.663
Previdência Privada	21.702	19.634
Saldo Contábil	<u>58.937</u>	<u>56.126</u>

Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

18 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	3.049	3.013
Receitas de Leilões	19	8
Reversão de Depreciação	2.178	-
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.955	1.897
Restituições e Outros Acréscimos	2.690	4.432
Total de Outras Receitas	<u>9.890</u>	<u>9.350</u>
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decréscimos	(542)	(1.000)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(116)	(375)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(658)</u>	<u>(1375)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>9.232</u>	<u>7.975</u>

19 Resultado Financeiro

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.256	1.137
Juros e Multas Previstos em Contratos	151	136
Variação Cambial e Monetária Ativa	584	434
Total Receita Financeira	<u>1.991</u>	<u>1.707</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.635)	(1.209)
Variação Cambial	(449)	(1.348)
Correção Monetária AFAC	-	(6.993)
Total Despesa Financeira	<u>(2.085)</u>	<u>(9.550)</u>
Saldo Contábil	<u>(93)</u>	<u>(7.843)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.





Demonstrações Financeiras

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 275.539 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de setembro de 2019 a 01 de setembro de 2020. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Prof. Milton Berger
Diretor Médico

Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente

Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora - CRC/RS nº 81.901

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, em 30 de setembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias encerradas em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores que emitiram conclusão e opinião sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias em 9 de novembro de 2018 e sobre as demonstrações contábeis em 18 de março de 2019, respectivamente.

São Paulo, 29 de novembro de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico